



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PREGÃO Nº 03/2026 MODO DE DISPUTA ABERTO

Processo nº: 62/2026

Modalidade: Pregão nº 03/2026

Forma: Eletrônica

Critério de julgamento: Menor Preço item

Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa à administração, visando o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED], mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacidade para remanejamento dos equipamentos trocados para galpão públicos, conforme especificações detalhadas no termo de referência do Edital.

Valor total estimado da contratação: R\$ 356.304,60

Preferência ME/EPP/Equiparadas: O item deste Edital é ampla concorrência, ou seja, poderá concorrer qualquer empresa que atenda todas as exigências deste edital.

O Município de Piumhi/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04 com endereço na Rua Padre Abel nº332 - Centro, por meio do Setor de Licitações, através da Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela **Portaria nº01/2.024**, nos termos da Lei nº14.133/2021, Decreto Municipal nº5.357/2023 e demais legislação aplicável, e ainda com as condições estabelecidas neste Edital, torna público, para conhecimento dos interessados, que, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por item**.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 25/06/2026 às 08:59 (Oito horas e cinquenta e nove minutos).

INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 25/06/2026 às 09:00 (Nove horas).

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 25/06/2026 às 09:00 (Nove horas).

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

CONTATO P/ FORNECEDORES LICITANET: (34) 2512-6500 Opção 2 – (34) 3014-6633 WhatsApp – fornecedor@licitanet.com.br

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.licitanet.com.br / www.prefeiturapiumhi.mg.gov.br

ENVIO DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS EXCLUSIVAMENTE PELO SITE: www.licitanet.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS: Rua Padre Abel nº 332 - Centro, Piumhi/MG, CEP 37.925-000, aos cuidados da Pregoeira Nayara Cristina Rodrigues Vieira, Setor de Licitações.
Telefone: 37 3371 9222



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



1. O OBJETO:

Seleção da proposta mais vantajosa à administração, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED], mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacidade para remanejamento dos equipamentos trocados para galpão públicos, conforme especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos em especial no Termo de Referência que faz parte integrante deste edital.

1.1 Quando a licitação for dividida em lotes, faculta-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo participar de todos os itens constantes no lote cotado.

2. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

O contrato a ser firmado entre o MUNICÍPIO DE PIUMHI/MG, e o vencedor do certame, terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura; podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 107 da Lei nº14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza continuada.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

3.1 O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei nº14.133 de 1º de Abril de 2021, Decreto Municipal nº3.357/2023, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

4.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

4.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

5.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.2.1 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

5.3 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.4 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.5 Como requisito de participação no PREGÃO ELETRÔNICO o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como, a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), assinalando, assim, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1 Que está desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, que tem pleno conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital;

5.5.2 Que aceita as condições estipuladas no edital, ressalvada a (s) hipótese (s) de impugnação e concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;

5.5.3 Que todos os documentos e informações prestadas são fiéis e verdadeiras;

5.5.4 Que não possui no quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII da Constituição;

5.5.5 Que não consta no quadro societário, colaboradores do(a) MUNICIPIO DE PIUMHI que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;

5.5.6 Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento;

5.5.7 Que tem ciência do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações apresentadas e que detém plenos poderes e informações para firmá-las.

5.5.8 Que por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firma a presente para os fins de direito a que se destina

5.5.9 Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, a licitante cumpre **(OU NÃO CUMPRE)** todos os requisitos legais previstos para a qualificação como Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, não enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelo Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.

5.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei 14.133/2021.

5.7 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO: Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

a) A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e o horário limite estabelecido. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

5.8 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

5.9 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o Município de Piumhi, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



desconexão.

5.10 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.11 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

5.12 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.13 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Piumhi, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.14 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.15 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

5.15.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.15.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.15.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.15.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao termo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.15.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.15.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.15.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.15.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.15.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

5.15.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

5.15.11 O impedimento de que trata o item 5.15 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.15.12 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.15.2 e 5.15.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

5.15.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.15.14 O disposto nos itens 5.15.2 e 5.15.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

5.15.15 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.15.16 A vedação de que trata o item 5.15.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.16 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

5.17 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

5.18 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

5.19 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital.

5.20 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços.

5.21 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

5.22 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.23 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Pregoeira ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA CADASTRADA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA LICITANET:

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item, marca, fabricante, modelo, etc.

6.2 **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 **Esta é a proposta preenchida na plataforma Licitanet**, portanto, **NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.8 Em caso de identificação da licitante na **proposta preenchida diretamente no sistema Licitanet**, esta será DESCLASSIFICADA pela pregoeira.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 No horário estabelecido neste Edital, a pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6 do edital.

7.2 A pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



apresentarem irregularidades insanáveis.

7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pela pregoeira.

7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Termo de Referência.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.18 Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, a pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

7.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.

7.20 No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.21 A pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.

7.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

7.25 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

7.25.1 O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações.

7.25.2 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

7.25.3 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25.6 Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.26 O disposto no item 7.25 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.27 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.27.1 Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.27.1.1 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.27.1.2 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.27.1.3 Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.27.2 Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.25.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.27.3 Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.25.2, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.25.3, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.25.4 caso esse direito não seja exercido.

7.27.4 As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 A Pregoeira poderá solicitar ao licitante vencedor que envie algum documento de habilitação original, caso o licitante tenha anexado a cópia sem autenticação digital. O licitante deverá encaminhar os mesmos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, (documento original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial), pessoalmente ou através do Correio para a sede do Município de Piumhi, sito à Rua



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



Padre Abel nº 332 - Centro, Piumhi/MG, CEP 37.925-000, aos cuidados da Pregoeira Navara Cristina Rodrigues Vieira, Setor de Licitações.

8. DESEMPATE

8.1 Será possibilitada a aplicação do art. 60 inciso “I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação”; não havendo manifestação os itens serão frustrados, ante a impossibilidade de aplicação dos demais itens do art. 60 da Lei 14.133/21, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da LC 123/2006, ou proceder ao sorteio, nos termos do Acórdão 723/2024.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1 Valor unitário e total do item, marca, fabricante, modelo, etc.

9.2 **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

9.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, bem como, contiver vícios insanáveis e não obedecer ao Termo de Referência.

9.8 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.11 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira;

9.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.13 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.14 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.15 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.16 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.17 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.18 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outro.

10.1.3 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.1.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.1.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.8 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.1.9 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

OS LICITANTES DEVERÃO ADICIONAR NA PLATAFORMA, EM CAMPO PRÓPRIO, NOS TERMOS DESTE EDITAL, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO.

Deverão ser encaminhados posteriormente na forma física somente os documentos de habilitação que não puderem ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais. Referidos documentos deverão ser originais ou cópias autenticadas e deverão ser entregues na Prefeitura no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados após declarado o vencedor do item.

10.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA: ATO CONSTITUTIVO

10.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

10.2.2 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

10.2.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

10.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.2.5 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

10.2.6 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.

10.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

10.3.2 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

10.3.3 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

10.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

10.3.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

10.3.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

10.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



10.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

10.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

10.4.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65§ 1).

10.4.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.3 Os documentos referidos acima deverão ser exibidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

10.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 10.5.1 Atestado de capacidade técnica-operacional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a potencialidade da empresa licitante ou de profissional técnico vinculado a mesma, em atividades similares, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente registrado no CREA/CAU da região onde os serviços foram realizados ou CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho da região pertinente.

9.5.2 Atestado ou certidão de **capacidade técnica-profissional** com registro no órgão competente, comprovando a responsabilidade técnica pela execução de serviços com características semelhantes ao executado

a) O(s) profissional(is) deverá(ão) ser parte integrante do quadro permanente do licitante, na condição de empregado, sócio, diretor ou proprietário;

b) A comprovação de que dito profissional faz parte do quadro permanente do licitante deverá ser feita por meio da apresentação de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, e/ou Contrato de Prestação de Serviços, para o empregado.

c) No caso de sócio, diretor ou proprietário, apresentar cópia do estatuto ou contrato social da empresa, com sua última alteração.

d) o profissional habilitado (eletricista) será o que responderá tecnicamente pelos serviços contratados pelo Município de Piumhi, nome que deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica –ART relativa aos serviços futuros.

9.5.2.1 O(s) Atestado(s) referidos nos subitens 9.5.1 e 9.5.2 deverão apresentar quantidade mínima de 50% do quantitativo planilhado no certame.

9.5.3 Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica/empresa licitante expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia– CREA; Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional Técnico - CRT com indicação do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



- 9.5.4 Certidão Atualizada de Registro do Responsável Técnico** da empresa licitante expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia– CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.
- 9.5.5** Declaração de responsabilidade técnica, conforme modelo constante do anexo V deste Edital.
- 9.5.6 Condição para assinatura do contrato:** para celebração do contrato será imprescindível que a empresa vencedora comprove seu cadastramento junto à CEMIG, porquanto é a concessionária responsável pelo gerenciamento da energia elétrica no Município de Piumhi.

10.6 DECLARAÇÕES

10.6.1 (DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS – Preenchidas no momento de credenciamento na plataforma eletrônica):

10.6.1.1 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura;

10.6.1.2 Quando se tratar de microempresa, declaração de enquadramento de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou, Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias;

10.6.1.3 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.6.1.4 Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

10.6.1.5 Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7 A documentação referente à habilitação será solicitada somente dos licitantes vencedores para que os mesmos anexem após a primeira fase da manifestação de recurso do julgamento das propostas, sendo concedido o prazo de 02 (duas) horas para o envio das documentações.

10.7.1 Caso todos os licitantes anexem a documentação antes do prazo, a pregoeira poderá encerrar o prazo antes das duas horas concedidas, e dar prosseguimento ao certame, desde que seja comunicado pelo chat.

10.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



- 10.9** O objeto social descrito no ato constitutivo referente ao item (9.2.1) deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado.
- 10.10** Os documentos descritos no item 9.2 e 9.3 podem ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral (C.R.C.) emitido pelo Município de Piumhi/MG em vigor.
- 10.11** Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pela Pregoeira, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 10.12** Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 10.13** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 10.14** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 10.15** Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.
- 10.16** As ME's e EPP's por ocasião da participação em certames licitatórios deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 10.17** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 10.18** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.19** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.20** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 10.21** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



será declarado vencedor.

10.22 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

11.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A Pregoeira poderá solicitar o anexo da Proposta Final adequada ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), a qual será concedido o prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

11.2 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

11.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.4 A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

11.6 Conter o valor final dos itens vencedores que deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

11.7 Se a licitação for menor preço por lote/global:

- a) Cada licitante deverá anexar sua proposta final adequada, onde **o somatório dos itens deve ser idêntico ao valor do lance ofertado no sistema**, caso gere dízimas e o valor não coincida, será aceitável que o valor total do lote feche com valor a menor que o valor do lance ofertado na plataforma, **não será aceito as propostas que o lote some valor a maior do lance ofertado**, mesmo que a diferença seja de centavos! O licitante deve considerar 2 casas decimais nos valores unitários para que o somatório feche com o do sistema.
- b) **Nenhum item do lote poderá estar acima do valor de referência do Edital**, mesmo que o valor do lote/global esteja dentro do valor de referência fechado, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE TODA A PROPOSTA.
- c) **O não anexo da proposta final adequada conforme o solicitado poderá ensejar à desclassificação do licitante**

11.8 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

11.9 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

11.10 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.11 Caso o licitante já tenha informado os dados solicitados na sua Proposta Inicial, é dispensada a inserção desses dados na Proposta Final, sendo exigido somente a adequação do valor de acordo com os lances dados no sistema.

11.12 Quando disputa for “menor preço por item”, será aceito a assinatura eletrônica feita através do sistema Licitanet, quando for “menor preço por lote”, também será aceito a assinatura eletrônica feita através do sistema Licitanet, desde que o licitante tenha feito o reajuste entre os itens de forma que o somatório feche com o valor total do lote ofertado durante a disputa, a assinatura sem o realinhamento adequado entre os itens, com valores errôneos poderá caber à desclassificação da proposta.

11.13 Caso todos licitantes vencedores anexem suas Propostas Finais antes do tempo concedido (02 horas), a pregoeira poderá finalizar o prazo para inserção das Propostas Finais e dar prosseguimento ao certame, partindo para as próximas fases, informando todos os procedimentos através do chat.

12 DOS RECURSOS:

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, conforme previsto na Instrução Normativa 73, art. 40;

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação eletrônica da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e/ou através do e-mail cadastrado na plataforma.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para as providências do artigo 71 da Lei 14.133/2021.

14.2 A adjudicação do objeto e homologação do certame é condicionada a prévia aprovação pela equipe técnica do Setor de Informática desta Prefeitura.

15 DO CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, será firmado entre o Município e o(s) vencedor(es), o Contrato, que terá validade **de 12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 107 da Lei nº14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



continuada.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante à Secretaria Municipal de Administração situada na Rua Padre Abel, nº332 – Fundos – Centro – Piumhi/MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (A.R) ou meio eletrônico, para que seja aceito e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

15.4 **Condições de Pagamento:** Os pagamentos ficam ao recebimento técnico do serviço e serão realizados mensalmente até o 10º dia subsequente ao mês vencido, mediante apresentação da competente nota fiscal/fatura. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Piumhi, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

15.5 Da execução dos serviços: Conforme disposto no termo de referencia deste Edital.

15.6 Quando o Adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente;

15.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato;

15.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 Em caso de prorrogação do Contrato, o reajuste ocorrerá em conformidade com o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou na falta desse índice, outro que o venha substituir.

17 DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

17.1 O prazo para execução dos serviços *in loco* deverá ser de no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, a partir da detecção da falha, do chamado, *via call center* e/ou por requisição da parte da Administração.

17.2 **Locais da Prestação de Serviços:** diversas vias e logradouros públicos do município de Piumhi/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



- 17.3 **A prestação de serviço deve ser conforme necessidade desta Prefeitura, sendo feita a encomenda parcial do mesmo, não será aceito que a contratada espere acumular outros pedidos.**
- 17.4 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos serviços deverá ser **realização de segunda a sábado**, em período integral e em regime de plantão aos domingos e feriados.
- 17.5 Deverá a empresa realizar **vistoria com ronda noturna semanal** em toda a cidade e adjacências onde houver pontos de iluminação pública, para levantamento de demanda, cadastramento e conserto de pontos que não esteja em perfeito funcionamento.
- 17.6 Após a expedição da ordem de serviços à licitante contratada, no prazo de 30 (trinta) dias deverá a empresa proceder ao levantamento e identificação mediante afixação de placas em todos os postos de iluminação pública
- 17.7 Deverá ser a prestadora enviar relatório semanal dos serviços executados no período;
- 17.8 Deverá a empresa contratada, disponibilizar aplicativo para celular e com acoplamento ao site do município para que qualquer cidadão possa solicitar reparo em ponto de iluminação.
- 17.9 Mediante requisição específica da Administração e sem custo adicional deverá a contratada proceder a instalação de novos pontos de iluminação pública, conquanto de baixa.
- 17.10 A substituição das luminárias queimadas ou danificadas somente poderá ocorrer por outras com igual padrão de desempenho, tecnologia e potência ou qualidade superior, devendo-se atentar, quanto às praças ser mantido o mesmo padrão estético das existentes para manter a harmonia do espaço público.
- 17.11 Fornecer equipe de troca das luminárias, devidamente uniformizada e com identidade visual própria; Realizar a substituição das luminárias nos pontos registrados pelo projeto do Município, dentro dos prazos previstos;
- 17.12 As atividades da contratada poderão ser acompanhadas e fiscalizadas a qualquer momento por técnicos do MUNICÍPIO.
- 17.13 Na hipótese de ser verificada a impropriedade ou irregularidade da prestação do serviço, o mesmo será rejeitado no todo ou em parte, sendo a contratada obrigada a proceder à substituição imediata do objeto.
- 17.14 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, podendo ter sua duração prorrogada com base no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.15 É de responsabilidade da CONTRATADA as eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas (Inciso III do Art. 5º da Lei 10.520/02) e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, alimentação, deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a entrega dos itens;
- 17.16 A não prestação do serviço, será motivo de aplicação das penalidades previstas neste edital.
- 17.17 Os objetos serão dados como recebido conforme:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



- a) **Provisoriamente**, na apresentação dos serviços/produtos, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens.
- b) **Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.
- 17.18 Permanecendo a inexecução contratual no prazo máximo 48 h. (quarenta e oito horas) do item 17.1 deste edital o licitante será **DESCREDENCIADO** e impedido de contratar com o Município de Piumhi.

18 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

DA CONTRATADA:

18.1.1 Promover a execução dos serviços homologados a seu favor, de acordo com as Descrições e prazos determinados no Edital e seus anexos, independente ou não de sua Transcrição.

DA CONTRATANTE:

18.1.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento de todos os compromissos assumidos de acordo com este Termo de Referência e com a sua proposta.

18.1.2 Zelar para que a CONTRATADA cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

18.1.3 Rejeitar, no todo ou em parte, o item entregue em desacordo com as especificações exigidas.

18.1.4 Efetuar o pagamento, se o item for entregue em conformidade com as especificações requeridas, após aceitação e atesto do executor/fiscal do serviço.

18.1.5 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na entrega do item.

18.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

18.1.7 Comunicar à CONTRATADA quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato.

18.1.8 Designar o Executor do Contrato, que será responsável pela avaliação da entrega do item e pelo atestado de cumprimento das obrigações do Contrato.

18.1.9 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre o descumprimento contratual e aplicação de eventual penalidade, nos termos do Contrato.

18.1.10 Emitir, quando necessário, por intermédio do Executor do Contrato, pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega do item.

18.1.11 Recusar Notas Fiscais/Faturas que estejam em desacordo com as exigências editalícias, informando à CONTRATADA e sobrestando o pagamento até a regularização da condição.

18.1.12 Efetuar os Pagamentos na forma e prazo estabelecidos no Edital.

18.1.13 Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, a qualidade do objeto ora contratado, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



obrigações decorrentes do contrato;

- 18.1.14 Promover toda a assistência que o Município precisar, acompanhando os contratos de autoridades estaduais, elaborando pareceres e documentos;
- 18.1.15 Verificar a saída da produção local, realizadas por transportadoras de outras cidades, elaborando pareceres das mesmas;
- 18.1.16 Fazer levantamento junto às empresas com sede no Município e às empresas sediadas em outras cidades que prestaram serviços no Município durante o Ano Base a ser averiguado;
- 18.1.17 Intermediar junto aos órgãos da Secretaria da Fazenda Estadual e Área de Assuntos Municipais em Belo Horizonte/MG, com o intuito de conseguir informações relacionadas ao VAF;
- 18.1.18 Elaborar relações dos produtos agropecuários comercializados pelo Município, cujo ICMS foi recolhido por “Substituição Tributária” e que não tenha nota fiscal de Produtor Rural na AF, pretendendo as respectivas declarações;
- 18.1.19 Solicitar as declarações dos contribuintes que não se manifestarem;
- 18.1.20 Requerer e acompanhar alterações de declarações recusadas;
- 18.1.21 Estudar as declarações dos contribuintes optantes pelo Regime Débito e Crédito e fazer as modificações que forem necessárias;
- 18.1.22 Examinar o processo do Município após a definição dos Índices Provisórios, preparando recurso e/ou negação de valores, pedido de revisão, se caso for necessário;
- 18.1.23 Monitorar e conferir o resultado final do VAF depois da publicação dos Índices Definitivos pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 19.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 19.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 19.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 19.1.3 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 19.1.4 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 19.1.5 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 19.1.6 Deixar de apresentar amostra;
 - 19.1.7 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 19.1.8 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 19.1.9 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 19.1.10 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



declaração falsa durante a licitação;

19.1.11 Fraudar a licitação;

19.1.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.13 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.14 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.15 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.16 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.17 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.1 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1 Advertência;

19.2.2 Multa;

19.2.3 Impedimento de licitar e contratar; e

19.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.2.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

19.2.6 A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.2.7 As peculiaridades do caso concreto;

19.2.8 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.2.9 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.2.10 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

20.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/;

20.3 Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

20.6 A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

20.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação;

20.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos oriundos do consignados na dotação nº 02.08.01.25.752.0014.2134-3.3.90.30.00-2.751.000.00 e 02.08.01.25.5.752.0014.2134-3.3.90.39.00 do Orçamento Geral do Município de Piumhi-MG para o exercício financeiro de 2026, e suas correspondentes para o exercício subsequente, se for o caso.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira;

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

22.4 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET – licitações online: www.licitanet.com.br: (34) 2512-6500 OPÇÃO 2, ou pelo Whatsapp (34) 3014-6633, ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br;

22.5 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Piumhi;

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.prefeiturapiumhi.gov.br>, e www.licitanet.com.br, e também poderão ser lidos ou obtidos cópias no setor de Licitações, situado na Rua Padre Abel nº 332 – Fundos – Centro, Piumhi/MG – CEP: 37.925-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

22.12 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

22.13 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

22.14 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

22.15 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

22.16 A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.

22.17 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

22.18 As decisões da Pregoeira serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <http://www.prefeiturapiumhi.mg.gov.br>

22.19 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

22.20 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Piumhi revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

22.21 Para atender a seus interesses, o Município de Piumhi poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos na Lei 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



22.22 O Município de Piumhi poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

22.23 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Piumhi-MG;

22.24 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.24.1 ANEXO I – Termo de Referência

22.24.2 ANEXO II – Minuta Contrato

22.24.3 ANEXO III – ETP – Estudo Técnico Preliminar

22.24.4 ANEXO IV – Decreto Municipal nº 5.403/2023

22.24.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

Piumhi, 25 de Maio de 2.026

Nelma Cristina Castro Bizerra
Servidora Pública Municipal
Portaria nº01/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO

Processo nº: 62/2026

Modalidade: Pregão nº 03/2026

Forma: Eletrônica

Critério de julgamento: Menor Preço item

Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa à administração, visando o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED], mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacidade para remanejamento dos equipamentos trocados para galpão públicos, conforme especificações detalhadas no termo de referência do Edital.

1. DO OBJETO

1.1 Seleção da proposta mais vantajosa à administração, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED], mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacidade para remanejamento dos equipamentos trocados para galpão públicos, conforme especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos em especial no Termo de Referência que faz parte integrante deste edital.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto 5.149/2022.

1.3 Os bens desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa do ETP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



Item	Cod. Pref.	Unid.	Quant	Especificação	Qtd. Pontos	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Mensal R\$	Vlr total R\$	Exclusivo para ME-EPP
01	1020369	Meses	12	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do município de Piumhi/MG , nos termos da Resolução Normativa ANEEL N° 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição (substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED), mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacitada para o descarte correto dos materiais trocados, conforme especificações detalhadas no termo de referência do Edital..	6.200	R\$ 4,79	R\$ 29.692,05	R\$ 356.304,60	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



1.3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1.3.1. Fornecer equipe de troca das luminárias, devidamente uniformizada e com identidade visual própria;

1.3.2. Realizar a substituição das luminárias nos pontos registrados pelo Município, dentro dos prazos previstos em contrato.

1.3.3. Deverá ser feito um registro fotográfico antes e após a troca, contendo também as coordenadas do ponto de iluminação pública, assim como o logradouro. Esse registro deverá ser encaminhado ao MUNICÍPIO para comprovação das atividades realizadas.

1.3.4. As atividades da contratada poderão ser acompanhadas e fiscalizadas a qualquer momento por técnicos do MUNICÍPIO ou da CEMIG.

1.3.5 A CONTRATADA deverá afixar a etiqueta de marcação da potência total nas luminárias, na parte voltada para baixo, de tal forma que não projete sombra sobre o LED.

1.3.6. Todos os materiais retirados do sistema de iluminação, em quaisquer das atividades previstas neste Termo de Referência, deverão ser devidamente controlados e devolvidos ao MUNICÍPIO mediante relatório contendo todas as características do material devolvido.

1.3.7. Os pagamentos solicitados pela contratada, serão realizados somente após a Secretaria de Obras e Infraestruturas, gestora do contrato, atestar a execução dos serviços realizados.

1.3.8. Informar a Secretaria Municipal de Obras o término do serviço e o material utilizado.

1.3.9. A contratada deve atender ao disposto nas normas e especificações técnicas da CEMIG, em especial a ND.5.35 – Requisitos para o fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública, assim como demais normas nacionais aplicáveis.

1.3.10 A contratada deverá a cada ciclo de substituição de luminárias, informar ao Município os elementos técnicos para atualização do parque luminotécnico junto a CEMIG quanto à potência.

1.3.11 Deverão ainda ser observados, juntamente com o que se exige nessa especificação do objeto, todos os preceitos da ABNT e INMETRO, compreendendo normas de execução de serviços e/ou obras, especificações, métodos de ensaio, terminologias e simbologias e padronização.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1 O Município de Piumhi conta atualmente com 6.200 pontos de iluminação pública, bem como, há previsão de extensão de redes de iluminação pública, tendo em vista a aprovação de novos loteamentos, desse modo, a manutenção desse serviço público de forma eficiente demanda a execução de serviços preventivos e corretivos como inspeções técnicas, substituição de lâmpadas, reatores, relés e braços de luminárias, como também, reparos emergenciais, com agilidade e qualidade técnica, assegurando a plena operação do sistema.

2.2 Desse modo, para execução desse serviço necessária a contratação de empresa especializada e qualificada, com atendimento às normas NR-10 e NR-35 e que disponha de equipamentos adequados para execução dos trabalhos em altura, conforme as normas da ABNT e NBR's pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



2.3 É pertinente para a realização de serviços preventivos e corretivos que a unidade de contratação seja de empreitada por preço unitário (ponto de iluminação pública), com o fornecimento total de materiais [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED] e mão-de-obra especializada no sistema de iluminação pública do Município de Piumhi.

2.4 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas e regulamentares, em estrito cumprimento às exigências da ANEEL e das normas técnicas aplicáveis à iluminação pública, especialmente, a Resolução Normativa ANEEL n. 1000/2021, inclusive, quanto à segurança dos profissionais e qualidade dos serviços, sendo obrigatória a observância das NR-10 e NR-35 e ainda as normas ABNT pertinentes aos serviços e equipamentos utilizados.

2.5 Como se sabe, a iluminação pública é um serviço essencial que contribui diretamente para a segurança dos pedestres e motoristas, além de valorizar os espaços urbanos e comunidades rurais, reduzindo a criminalidade e proporcionando segurança aos logradouros públicos durante o período noturno.

2.6 Conclui-se assim que a contratação almejada é estratégica para a manutenção da infraestrutura urbana e a garantia de serviços públicos de qualidade, promovendo o desenvolvimento regional e assegurando à população iluminação pública eficiente, segura e contínua.

2.7 Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se essencial e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, visando a modernização da infraestrutura urbana e a melhoria da qualidade de vida da população. O objeto desse termo de referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 6º, XIII, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

3 DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O prazo para execução dos serviços *in loco* deverá ser de no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, a partir da detecção da falha, do chamado, *via call center* e/ou por requisição da parte da Administração.

3.2 Locais da Prestação de Serviços: diversas vias e logradouros públicos do município de Piumhi/MG

3.3 A prestação de serviço deve ser conforme necessidade desta Prefeitura, sendo feita a encomenda parcial do mesmo, não será aceito que a contratada espere acumular outros pedidos.

3.4 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos serviços deverá ser **realização de segunda a sábado**, em período integral e em regime de plantão aos domingos e feriados.

3.5 Deverá a empresa realizar **vistoria com ronda noturna semanal** em toda a cidade e adjacências onde houver pontos de iluminação pública, para levantamento de demanda, cadastramento e conserto de pontos que não esteja em perfeito funcionamento.

3.6 Após a expedição da ordem de serviços à licitante contratada, no prazo de 30 (trinta)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



dias deverá a empresa proceder ao levantamento e identificação mediante afixação de placas em todos os postos de iluminação pública

3.7 Deverá ser a prestadora enviar relatório semanal dos serviços executados no período;

3.8 Deverá a empresa contratada, disponibilizar aplicativo para celular e com acoplamento ao site do município para que qualquer cidadão possa solicitar reparo em ponto de iluminação.

3.9 Mediante requisição específica da Administração e sem custo adicional deverá a contratada proceder a instalação de novos pontos de iluminação pública, conquanto de baixa potência.

3.10 A substituição das luminárias queimadas ou danificadas somente poderá ocorrer por outras com igual padrão de desempenho, tecnologia e potência ou qualidade superior, devendo-se atentar, quanto às praças ser mantido o mesmo padrão estético das existentes para manter a harmonia do espaço público.

3.11 Fornecer equipe de troca das luminárias, devidamente uniformizada e com identidade visual própria; Realizar a substituição das luminárias nos pontos registrados pelo projeto do Município, dentro dos prazos previstos;

3.12 As atividades da contratada poderão ser acompanhadas e fiscalizadas a qualquer momento por técnicos do MUNICÍPIO.

3.13 Na hipótese de ser verificada a impropriedade ou irregularidade da prestação do serviço, o mesmo será rejeitado no todo ou em parte, sendo a contratada obrigada a proceder à substituição imediata do objeto.

3.14 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, podendo ter sua duração prorrogada com base no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15 É de responsabilidade da CONTRATADA as eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas (Inciso III do Art. 5º da Lei 10.520/02) e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, alimentação, deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a entrega dos itens;

3.16 A não prestação do serviço, será motivo de aplicação das penalidades previstas neste edital.

3.17 Os objetos serão dados como recebido conforme:

c) Provisoriamente, na apresentação dos serviços/produtos, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens.

d) Definitivamente, após a verificação das especificações técnicas. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

3.18 Permanecendo a inexecução contratual no prazo máximo 48 h. (quarenta e oito horas) do item 17.1 deste edital o licitante será DESCREDENCIADO e impedido de contratar com o Município de Piumhi.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da Contratante:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



- 4.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 4.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.2 Efetuar a prestação de serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, modelo, fabricante, e prazo de garantia;
- 5.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.7 Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
- 5.8 Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.9 Acatar todas as orientações do Município de Piumhi, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.10 Manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.11 A contratada deve atender ao disposto nas normas e especificações técnicas da CEMIG, em especial a ND.5.35 – Requisitos para o fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública, assim como demais normas nacionais aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



6. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1 A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e seus servidores credenciados, serão os responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a especificação do item licitado.

6.2 Nos termos da Lei 14.133/2021 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.4 O representante do Município anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos ficam condicionados ao recebimento técnico do serviço e serão realizados mensalmente até o 10º dia subsequente ao mês vencido, mediante apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, depois de conferida e atestada pelo Setor responsável

9.2 A Nota Fiscal/fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da Nota de Autorização de Fornecimento, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.3 Caso a Nota Fiscal/Fatura seja devolvida pela Prefeitura, por estar inexata, será contado novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação.

10 DO REAJUSTE

10.1 Em caso de prorrogação do Contrato, o reajuste ocorrerá em conformidade com o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou na falta desse índice, outro que o venha substituir.

11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas para o processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação orçamentária 02.08.01.25.752.0014.2134-3.3.90.30.00-2.751.000.00 e 02.08.01.25.5.752.0014.2134-3.3.90.39.00, consignada no Orçamento Geral do Município de Piumhi para o exercício de 2.025 e suas correspondentes para o exercício subsequente, se for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



12 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$50,00 (Cinquenta reais)**.

Piumhi, 20 de Maio de 2.026

Tadeu Augusto Ferreira
Secretário M. Obras Infraestrutura

Fernando Junio de Macedo
Diretor Obras e Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



ANEXO II

MINUTA CONTRATO

Processo nº: 62/2026

Modalidade: Pregão nº 03/2026

Forma: Eletrônica

Critério de julgamento: Menor Preço item

Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa à administração, visando o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED], mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacidade para remanejamento dos equipamentos trocados para galpão públicos, conforme especificações detalhadas no termo de referência do Edital.

INSTRUMENTO CONTRATUAL para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED], mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacidade para remanejamento dos equipamentos trocados para galpão públicos, conforme especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos em especial no Termo de Referência que faz parte integrante deste edital, e a empresa.....

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o Município de Piumhi, com sede nesta cidade à Rua Padre Abel nº332 - Centro, inscrita no CGC/MF sob o nº 16.781.346/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Dr. Paulo César Vaz, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº _____.____.____-__, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa....., sediada na cidade de..... à, inscrita no CNPJ/MF sob o nº,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



neste ato representada por, inscrito no CPF/MF sob o nº....., residente e domiciliado na cidade de....., doravante denominada **CONTRATADA**, subordinado às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS E NORMAS DE EXECUÇÃO

1.1 O presente instrumento contratual decorre da Licitação Pregão/2026, na Forma Eletrônica, Processo/2026, homologada em, do tipo Menor Preço por item, e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

1.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei supramencionada e segundos os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público;

1.3 Este Contrato é lavrado com vinculação ao Edital, Pregão nº/2026 na forma eletrônica, Termo de Referência e proposta da contratada.

1.4 Integra o presente Contrato, ao respectivo Processo sob o nº/2026.

1.5 Das normas de execução, a contratada obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.6 Não haverá exigência de garantia contratual de execução, porquanto, não haverá pagamento antecipado.

1.7 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 Constitui-se objeto deste instrumento a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED], mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacidade para remanejamento dos equipamentos trocados para galpão públicos, conforme especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos em especial no Termo de Referência que faz parte integrante deste edital, conforme especificações constantes deste instrumento, atendendo a discriminação contida no Termo de Referência – integrante deste Edital.**

2.2 Descrição detalhada do objeto:

2.2. 1. Inclui-se no objeto da presente licitação, a manutenção de luminárias LED, lâmpadas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



relés, reatores, braços de luminárias, parafusos, cabos e afins necessários à manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação público de Piumhi corresponde a **6.200** (seis mil e duzentos) **pontos ativos**.

2.2.2 Havendo necessidade de substituição desses equipamentos, o procedimento deverá ser realizado sem qualquer ônus para a Administração Pública, porquanto, integra o objeto da contratação.

2.2.3. A manutenção envolve também a limpeza das luminárias para retirada de insetos;

2.2.4. Os serviços objeto da contratação deverão ser executados em caráter contínuo e ininterrupto em avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, jardins de equipamentos públicos, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, monumentos históricos, cemitério municipal, complexo da cruz do monte e em qualquer outra área existam pontos de iluminação pública tanto no perímetro urbano, quanto na zona rural, aglomerados, comunidades e povoados (independentemente se o espaço público for aberto ou fechado).

2.2.5. A empresa deverá dispor de mão-de-obra especializada e capacitada para a execução dos serviços, com atendimento às normas regulamentadoras NR-10 e NR-35, bem como, possuir equipamentos adequados para execução de trabalhos em qualquer altura, conforme as normas da ABNT e NBR's pertinentes.

2.2.6. A prestação dos serviços nos **6.200 pontos ativos de iluminação pública** do Município deverá ser permanente e contínua, de modo a assegurar a plena operação do sistema, nos termos da Resolução ANEEL n. 1000/2021, com a devida agilidade técnica.

2.2.7. O prazo para execução dos serviços *in loco* deverá ser de no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, a partir da detecção da falha, do chamado, *via call center* e/ou por requisição da parte da Administração.

2.2.8. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos serviços deverá ser realizado de segunda a sábado, em período integral e em regime de plantão aos domingos e feriados.

2.2.9. Deverá a empresa realizar **vistoria com ronda noturna semanal** em toda a cidade e adjacências onde houver pontos de iluminação pública, para levantamento de demanda, cadastramento e conserto de pontos que não esteja em perfeito funcionamento.

2.2.10. Após a expedição da ordem de serviços à licitante contratada, no prazo de 30 (trinta) dias deverá a empresa proceder ao levantamento e identificação mediante afixação de placas em todos os postos de iluminação pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



2.2.11. Deverá a prestadora enviar relatório semanal dos serviços executados no período;

2.2.12. Deverá a empresa contratada, disponibilizar **aplicativo para celular e com acoplamento ao site do município** para que qualquer cidadão possa solicitar reparo em ponto de iluminação.

2.2.13. Mediante requisição específica da Administração e sem custo adicional deverá a contratada proceder a instalação de novos pontos de iluminação pública, conquanto de baixa.

2.2.14. A substituição das luminárias queimadas ou danificadas somente poderá ocorrer por outras com igual padrão de desempenho, tecnologia e potencia ou qualidade superior, devendo-se atentar, quanto às praças ser mantido o mesmo padrão estético das existentes para manter a harmonia do espaço público.

2.2.15. Deverão ainda ser observados, juntamente com o que se exige nessa especificação do objeto, todos os preceitos da ABNT e INMETRO, compreendendo normas de execução de serviços e/ou obras, especificações, métodos de ensaio, terminologias e simbologias e padronização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1 DA CONTRATADA:

3.1.1 Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Termo de Referência e seus anexos, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela execução e qualidade técnica da prestação dos serviços, efetuá-la de acordo com as normas vigentes;

3.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.5 Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;

3.1.6 Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

3.1.7 Acatar todas as orientações do Município de Piumhi, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

3.1.8 Assumir a obrigação de realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e em número suficiente, conforme especificações do objeto desta licitação, cabendo-lhe exclusiva e total responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação que rege os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidade, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

3.1.9 Garantir assiduamente suporte técnico relacionado com o Plano de sua Proposta, mediante manutenção dos serviços prestados;

3.1.10 Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através do serviço desta contratação, salvo nas hipóteses previstas em lei;

3.1.11 Prestar o serviço, objeto desta contratação durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e previamente comunicadas.

3.1.11.1 Fornecer equipe de troca das luminárias, devidamente uniformizada e com identidade visual própria;

3.1.11.2 Realizar a substituição das luminárias nos pontos registrados pelo Município, dentro dos prazos previstos em contrato.

3.1.11.3 Deverá ser feito um registro fotográfico antes e após a troca, contendo também as coordenadas do ponto de iluminação pública, assim como o logradouro. Esse registro deverá ser encaminhado ao MUNICÍPIO para comprovação das atividades realizadas.

3.1.11.4 As atividades da contratada poderão ser acompanhadas e fiscalizadas a qualquer momento por técnicos do MUNICÍPIO ou da CEMIG.

3.1.11.5 A CONTRATADA deverá afixar a etiqueta de marcação da potência total nas luminárias, na parte voltada para baixo, de tal forma que não projete sombra sobre o LED.

3.1.11.6 Todos os materiais retirados do sistema de iluminação, em quaisquer das atividades previstas neste Termo de Referência, deverão ser devidamente controlados e devolvidos ao MUNICÍPIO mediante relatório contendo todas as características do material devolvido.

3.1.11.7 Os pagamentos solicitados pela contratada, serão realizados somente após a Secretaria de Obras e Infraestruturas, gestora do contrato, atestar a execução dos serviços realizados.

3.1.11.8 Informar a Secretaria Municipal de Obras o término do serviço e o material utilizado.

3.1.11.9 A contratada deve atender ao disposto nas normas e especificações técnicas da CEMIG, em especial a ND.5.35 – Requisitos para o fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública, assim como demais normas nacionais aplicáveis.

3.1.11.10 A contratada deverá a cada ciclo de substituição de luminárias, informar ao Município os elementos técnicos para atualização do parque luminotécnico junto a CEMIG quanto à potência.

3.1.11.11 Deverão ainda ser observados, juntamente com o que se exige nessa especificação do objeto, todos os preceitos da ABNT e INMETRO, compreendendo normas de execução de serviços e/ou obras, especificações, métodos de ensaio, terminologias e simbologias e padronização.

3.2 DA CONTRATANTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



- 3.2.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 3.2.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.2.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 3.2.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.2.5** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.2.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 3.2.7** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 3.2.8** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.2.9** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.2.10** A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.2.11** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

- 4.1** O contrato **terá vigência de 12 meses contados de sua assinatura**, podendo ter sua duração prorrogada nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 4.2** Havendo prorrogação do contrato, a partir do décimo segundo mês de sua vigência, o valor poderá ser reajustado pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS

- 5.1** Conforme disposto no termo de referência do Edital, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 PREÇO** - O preço da presente contratação atende ao abaixo especificado (conforme proposta vencedora adjudicada):



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



6.1.1 VALOR GLOBAL - O valor global para a presente contratação é de R\$ (.....);

6.2 FORMA DE PAGAMENTO - O Pagamento será efetuado até o 10º dia subsequente ao mês vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, depois de conferida e atestada pelo Setor responsável.

6.3 A Nota Fiscal/ fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Processo, numero do Pregão e da Nota de Autorização de Fornecimento, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

6.4 Caso a Nota Fiscal/Fatura seja devolvida pela Prefeitura, por estar inexata, será contado novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

7.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8 CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

8.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, nos termos do art. 72 da LOM.

9 CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e seus servidores credenciados do Setor de Informática, serão os responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a especificação do item, na forma estabelecida no Termo de Referência, no edital, anexos, regulamentações técnicas exigidas por lei.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos oriundos do consignados na dotação nº 02.08.01.25.752.0014.2134-3.3.90.30.00-2.751.000.00 e 02.08.01.25.752.0014.2134-3.3.90.39.00 do Orçamento Geral do Município de Piumhi-MG para o exercício financeiro de 2026, e suas correspondentes para o exercício subsequente, se for o caso.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/2021.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Piumhi /MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja;

14.2 E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Piumhi /MG _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piumhi
Dr. Paulo Cesar Vaz – Prefeito Municipal

EMPRESA CONTRATADA: Razão social/ CNPJ/ Endereço:
Nome do responsável legal/ CPF:

Testemunhas:

Nome:

Nome:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. NECESSIDADE

2.1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

O Município de Piumhi conta atualmente com **6.200 pontos de iluminação pública**, bem como, há previsão de extensão de redes de iluminação pública, tendo em vista a aprovação de novos loteamentos, desse modo, a manutenção desse serviço público de forma eficiente demanda a execução de serviços preventivos e corretivos como inspeções técnicas, substituição de lâmpadas, reatores, relés e braços de luminárias, como também, reparos emergenciais, com agilidade e qualidade técnica, assegurando a plena operação do sistema.

Desse modo, para execução desse serviço necessária a contratação de empresa especializada e qualificada, com atendimento às normas NR-10 e NR-35 e que disponha de equipamentos adequados para execução dos trabalhos em altura, conforme as normas da ABNT e NBR's pertinentes.

É pertinente para a realização de serviços preventivos e corretivos que a unidade de contratação seja de empreitada por preço unitário (ponto de iluminação pública), **com o fornecimento total de materiais [substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED]** e mão-de-obra especializada no sistema de iluminação pública do Município de Piumhi.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas e regulamentares, em estrito cumprimento às exigências da ANEEL e das normas técnicas aplicáveis à iluminação pública, especialmente, a Resolução Normativa ANEEL n. 1000/2021, inclusive, quanto à segurança dos profissionais e qualidade dos serviços, sendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



obrigatória a observância das NR-10 e NR-35 e ainda as normas ABNT pertinentes aos serviços e equipamentos utilizados.

Como se sabe, a iluminação pública é um serviço essencial que contribui diretamente para a segurança dos pedestres e motoristas, além de valorizar os espaços urbanos e comunidades rurais, reduzindo a criminalidade e proporcionando segurança aos logradouros públicos durante o período noturno.

Conclui-se assim que a contratação almejada é estratégica para a manutenção da infraestrutura urbana e a garantia de serviços públicos de qualidade, promovendo o desenvolvimento regional e assegurando à população iluminação pública eficiente, segura e contínua.

2.2 ÁREA REQUISITANTE

- A Secretaria de Obras e Infraestrutura faz a requisição, com intuito de atender as demandas.

2.3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi, em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais legislações aplicáveis.

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Inclui-se no objeto da presente licitação, a manutenção de luminárias LED, lâmpadas, relés, reatores, braços de luminárias, parafusos, cabos e afins necessários à manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação público de Piumhi corresponde a 6.200 (seis mil e duzentos) pontos ativos.

2. Havendo necessidade de substituição desses equipamentos, o procedimento deverá ser realizado sem qualquer ônus para a Administração Pública, porquanto, integra o objeto da contratação.

3. A manutenção envolve também a limpeza das luminárias para retirada de insetos;

4. Os serviços objeto da contratação deverão ser executados em caráter contínuo e ininterrupto em avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, jardins de equipamentos públicos, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, monumentos históricos, cemitério municipal, complexo da cruz do monte e em qualquer outra área existam



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



pontos de iluminação pública tanto no perímetro urbano, quanto na zona rural, aglomerados, comunidades e povoados (independentemente se o espaço público for aberto ou fechado).

5. A empresa deverá dispor de mão-de-obra especializada e capacitada para a execução dos serviços, com atendimento às normas regulamentadoras NR-10 e NR-35, bem como, possuir equipamentos adequados para execução de trabalhos em qualquer altura, conforme as normas da ABNT e NBR's pertinentes.

6. A prestação dos serviços nos 6.200 pontos ativos de iluminação pública do Município deverá ser permanente e contínua, de modo a assegurar a plena operação do sistema, nos termos da Resolução ANEEL n. 1000/2021, com a devida agilidade técnica.

7. O prazo para execução dos serviços in loco deverá ser de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a partir da detecção da falha, do chamado, via call center e/ou por requisição da parte da Administração.

8. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos serviços deverá ser realização de segunda a sábado, em período integral e em regime de plantão aos domingos e feriados.

9. Deverá a empresa realizar vistoria com ronda noturna semanal em toda a cidade e adjacências onde houver pontos de iluminação pública, para levantamento de demanda, cadastramento e conserto de pontos que não esteja em perfeito funcionamento.

10. Após a expedição da ordem de serviços à licitante contratada, no prazo de 30 (trinta) dias deverá a empresa proceder ao levantamento e identificação mediante afixação de placas em todos os postos de iluminação pública

11. Deverá ser a prestadora enviar relatório semanal dos serviços executados no período;

12. Deverá a empresa contratada, disponibilizar aplicativo para celular e com acoplamento ao site do município para que qualquer cidadão possa solicitar reparo em ponto de iluminação.

13. Mediante requisição específica da Administração e sem custo adicional deverá a contratada proceder a instalação de novos pontos de iluminação pública, conquanto de baixa.

14. A substituição das luminárias queimadas ou danificadas somente poderá ocorrer por outras com igual padrão de desempenho, tecnologia e potencie ou qualidade superior, devendo-se atentar, quanto às praças ser mantido o mesmo padrão estético das existentes para manter a harmonia do espaço público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



15. Deverão ainda ser observados, juntamente com o que se exige nessa especificação do objeto, todos os preceitos da ABNT e INMETRO, compreendendo normas de execução de serviços e/ou obras, especificações, métodos de ensaio, terminologias e simbologias e padronização.

3. SOLUÇÃO

3.1 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;
- b) ser realizada consulta audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

O Município de Piumhi possui atualmente aproximadamente 6.200 pontos de iluminação pública instalados em vias, praças, espaços públicos e demais logradouros municipais. Além disso, há previsão de ampliação do parque de iluminação pública em razão da aprovação de novos loteamentos e da consequente expansão urbana do município.

Diante dessa necessidade, realizou-se levantamento de mercado visando identificar soluções disponíveis para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública, observando-se a viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação.

3.2 SOLUÇÃO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das 3 justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução (Art. 7º, inciso IV da IN 40/2020 e inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

Verificou-se que o mercado dispõe de diversas empresas especializadas na execução de serviços de manutenção de iluminação pública, com capacidade técnica e operacional compatível com as necessidades da Administração Municipal, incluindo fornecimento de mão de obra especializada, veículos equipados, ferramentas, materiais e suporte técnico.

As soluções usualmente adotadas pelos municípios para atendimento dessa demanda consistem em:

1. Execução direta pela Administração Pública;
2. Contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços;
3. Contratação integrada envolvendo manutenção, modernização e efficientização do parque de iluminação pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



Após análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a execução direta pela Administração Municipal mostra-se inviável ou economicamente desvantajosa, considerando a necessidade de:

- disponibilização de equipe técnica especializada;
- aquisição e manutenção de veículos específicos, especialmente caminhão com cesto aéreo;
- fornecimento contínuo de materiais elétricos;
- atendimento às normas técnicas e de segurança;
- disponibilidade operacional para atendimento das demandas em todo o território municipal.

A contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução mais vantajosa, pois possibilita:

- maior eficiência na execução dos serviços;
- redução do tempo de atendimento das ocorrências;
- disponibilidade de equipe técnica capacitada;
- utilização de equipamentos adequados;
- continuidade e regularidade da manutenção do sistema;
- melhor controle e fiscalização contratual.

Observou-se ainda que diversos municípios de porte semelhante ao de Piumhi adotam modelo de contratação terceirizada para manutenção da iluminação pública, em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e demais normas aplicáveis.

3.3 ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (Art. 7º, inciso V da IN 40/2020 e inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021).

- A quantidade constante no termo de referencial do Edital, foi baseada na média de postes que constam no Município.

- É necessário levar em consideração que, não é possível estabelecer a quantidade precisa, já que a realização deste processo é para atender as ruas e praças públicas quando for necessário, ficando impossível a previsão exata de qual quantidade será adquirida, no entanto, foi analisado a quantidade de luminárias que necessitam de manutenção, e foi feita uma adequação nas quantidades para que a quantidade licitada seja mais precisa.

3.4 ESTIMATIVA DO VALOR

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (Art. 7º, inciso VI da IN 40/2020 e inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



						JJ ENERGIA LTDA EPP - 18.834.779/0001-06		CAPACITACAO LEGAL - TREINAMENTOS LTDA - 42.818.048/0001-51		PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI		MÉDIA	
Item	Cod. Pref.	Und.	Quant.	Especificação	Qtd. Pontos Aproximados	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total
1	1020369	Meses	12	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do município de Piumhi/MG, nos termos da Resolução Normativa ANEEL N° 1.000/2021, com fornecimento total de materiais de reposição (substituição de lâmpadas led, reatores, relés, drive, dispositivo de proteção, cabos PP, abraçadeiras, parafusos e conectores e braços de luminárias LED), mão-de-obra especializada e qualificada (ABNT e NBR's 10 e 35), inclusive, caminhão equipado com plataforma articulada com cesto aéreo, munida de equipamentos para trabalho em altura e veículos adequados e ainda, capacitada para o descarte correto dos materiais trocados, conforme especificações detalhadas no termo de referência do Edital.APROXIMADAMENTE 6.200 PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	6.200	R\$ 40.176,00	R\$ 482.112,00	R\$ 32.202,69	R\$ 386.432,28	R\$ 16.697,45	R\$ 200.369,40	R\$ 29.692,05	R\$ 356.304,60
						R\$ 6,48	R\$ 40.176,00	R\$ 5,20	R\$ 32.202,69	R\$ 2,69	R\$ 16.697,45	R\$ 4,79	R\$ 29.692,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



3.5 JUSTIFICATIVA

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável. (Art. 7º, inciso VII da IN 40/2020 e inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a adequada manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Piumhi, assegurando a continuidade, eficiência e segurança dos serviços prestados à população.

O sistema de iluminação pública constitui serviço essencial, diretamente relacionado à segurança pública, mobilidade urbana, acessibilidade, bem-estar da população e valorização dos espaços públicos, sendo indispensável a manutenção permanente dos pontos de iluminação instalados em vias públicas, praças, avenidas e demais logradouros do município.

3.6 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020 e inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

Processo Licitatório nº 33/2021.

3.7 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Fundamentação: Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020)

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

- Como exposto nos tópicos anteriores, a licitação em referência é para manutenção corretiva e preventiva, ou seja, serão adquiridos os itens na medida que forem necessários para cada local.

4. PLANEJAMENTO

4.1 RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

- Com base nos preços médios constantes no termo de referencia do Edital, pretender-se obter um melhor preço para os itens em questão, em decorrência da disputa realizada durante o certame.

- Com o processo finalizado e homologado, será possível atender aos setores demandantes quando precisarem dos itens e equipamentos, o que possibilitará o bom funcionamento dos trabalhos, e atendimento aos cidadãos com eficiência.

4.2 PROVIDENCIAS

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (Art. 7º, inciso XI da IN 40/2020 e inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

- Todos os itens são utilizados por profissional capacitado, sendo dispensado treinamento de pessoal para uso dos materiais e equipamentos.

4.3 IMPACTO AMBIENTAL

Fundamentação: Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

- Os materiais aplicados e utilizados na preparação e montagem, bem como as embalagens vazias e os itens que serão retirados serão encaminhados para reciclagem.

- O município de Piumhi, conta com uma associação de reciclagem e local adequado para armazenamento e posteriormente a venda do material reciclado.

5. VIABILIDADE

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 19.133/2021)

- A aquisição em referencia é totalmente viável, para a boa realização da manutenção dos espaços públicos, como demonstrado, é de alta necessidade que haja um processo finalizado para o atendimento com maior agilidade, sem prejudica-los com possíveis atrasos na aquisição dos itens em questão.

- A realização do processo licitatório no Pregão Eletrônico do Registro de Preços, permitira a aquisição dos itens necessários, com maior economicidade e eficiência, o que torna a aquisição totalmente viável para o município.

6. RESPONSÁVEIS

Equipe técnica:

Tadeu Augusto Ferreira
Engenheiro Civil CREA 221.143/D
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Fernando Júnio de Macedo
Diretor Departamento de Obras

Piumhi, 20 de Maio de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222



ANEXO IV

DECRETO MUNICIPAL Nº5403/2023